

ATA DA PRIMEIRA REUNIAO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE TRES MARIAS - IPREM trinta de janeiro de dois mil e dezenove, as dezesseis horas, reuniram-se na sede do IPREM os membros de seu conselho administrativo: Silvio Aparecido Sobrinho, Hemerson André Silva Borge, Maisa Santos Almeida, Lucivaldo José de Almeida e a Superintendente do IPREM Joana D'arc Silveira Macedo. Foi justificada a ausência da conselheira Paula Juliana dos Santos por estar em resguardo. A superintendente Joana D'arc inicia a reuniao falando sobre o planejamento de dois mil e dezenove; que esteve em Belo Horizonte para discutir a criação da página do IPREM; que nesta pagina terá a possibilidade de postar as atas e fala que teremos que deixar as atas sempre em ordem para que sejam publicadas no site. A superintendente pede para que tenhamos uma data prevista para reunião, pois isso também será divulgado na pagina; dá exemplo do conselho fiscal que já tem data prevista, haja vista, a necessidade de enviar o boletim para a Câmara Municipal. Citou que é melhor termos esta data programada para que possamos nos organizar. A superintendente diz que a reunião do conselho administrativo após a reunião do conselho fiscal seria melhor para podermos tomar conhecimento do boletim de prestação de contas mensal. Os conselheiros acatam a sugestão e então a data fica prevista para toda quarta-feira entre os dias 15 a 20 de cada mês. Essa data ficará disponível na pagina do IPREM para que, o servidor que queira fazer alguma reivindicação possa apresentá-la ao conselho na data disponibilizada. A superintendente fala que com a pagina será possível o servidor consultar contracheque, realizar consulta pública pelo ministério da previdência, verificar balanços da contabilidade, realizar sugestões e críticas, chamadas do que se pretende fazer e o que esta acontecendo. A Superintendente esclarece que o site pode não contemplar tudo que precisa, mas, começamos com o básico e depois evoluimos. A superintendente continua falando sobre o planejamento para o ano corrente e entra no assunto folha de pagamento, onde fala das gratificações e, lembra que atualmente ela, o controlador interno Leonardo, a contadora Fátima, a advogada Sabrina são gratificados; Lembrou que a gratificação da Fatima, do Leonardo e a dela foram aprovados e concedidos pelo Conselho Administrativo sem prazo determinado e que ela poderia entender que a gratificação seria automática porém, ela gostaria que o conselho aprovasse novamente. Falou que a advogada Sabrina teve a gratificação concedida até dezembro de dois mil e dezoito; que a mesma encaminhou um requerimento para que fosse mantida a gratificação. Citou que, a pedido da advogada, a gratificação dela seria até dezembro e leu o requerimento para os conselheiros. A superintendente disse que no dia anterior a esta reunião, se reuniu junto a equipe do pró-gestão: Leonardo, Sabrina e Fatima, onde o prefeito assinou termo de adesão ao pró-gestão; o IPREM precisa passar por uma avaliação até maio de dois mil e dezenove, pois, caso isso não ocorra, não poderá fazer algumas aplicações, pois, exige que o investidor seja qualificado; Explicou que o pró-gestão é dividido em quatro etapas, que no momento a estrutura do IPREM é para o nível I. A superintendente relata que chamou a equipe e os informou que precisam conseguir cumprir com os trabalhos diários, implantar o pró-gestão e se prepararem para receber o tribunal; Que durante o ano de dois mil e dezoito a advogada Sabrina trabalhou fazendo todo o levantamento dos cargos e ocupações dentro do instituto, mas que nao foram manualizados; Que na reunião com a equipe colocou prazo para que terminem os trabalhos; Falou que a advogada Sabrina POS a disposição para além de sua carga horaria atual; que a gratificação foi pedida o ano passado até dezembro para o trabalho da normatização; questionei a superintendente sobre o trabalho e ela explicou que o trabalho é feito em duas etapas sendo: o mapeamento e a escrita do manual; que o mapeamento já esta pronto, contudo, falta o manual. O conselheiro Hemerson sugere aguardar a normalização do recolhimento os parcelamentos para dar a resposta sobre a gratificação. A Superintendente lembra aos conselheiros que a taxa de administração que tem a finalidade de custear a manutenção



do IPREM e que independe do repasse dos parcelamentos; que durante esse tempo em que a prefeitura não tem repassado tudo que deve, ela estava retirando somente o que cobria as despesas para não precisar mexer em aplicações, mas, que no final do ano precisou retirar tudo do ano que não havia retirado desde quando começaram os atrasos no mês de julho; que este ano irá usar a mesma dinâmica, e só irá retirar a taxa administrativa por completo no mês, quando os repasses de parcelamento forem normalizados e esclarece que, sendo assim, a falta de repasses não atrapalharia pagar a gratificação da requerente. Fica decidido pelos conselheiros que está suspensa a gratificação da advogada. Em seguida a superintendente fala sobre as implantações exigidas pelo pró-gestão; que o projeto age em cima de ações que define as áreas administrativas, de arrecadação, de atendimento, atuarial, de benefício, de compensação previdenciária, financeira, de investimento, jurídica e de tecnologia da informação; Que para cada situação já foi determinado por ela o que seriam ações a serem implantadas, para cumprir as determinações do nível I, pelo menos o mapeamento da parte de benefícios deve ser feita; Que o instituto não só mapeou esta área, mas, todas as outras; que o trabalho foi feito pela advogada Sabrina e pelo Leonardo, que ainda não manualizaram, contudo, já concluíram o mapeamento; que o prazo para a entrega da manualização da área de benefícios, ficou sendo o dia quinze de fevereiro de dois mil e dezenove; que terão prazos definidos para a entrega do manual de cada área, a medida que forem sendo entregues os manuais. Em seguida foi falado da exigência do pró-gestão em capacitar e certificar gestores e servidores nas áreas de risco, tais como: Benefício, investimento e gestão atuarial; que neste ano haverá muitas capacitações, inclusive para os conselheiros; que apesar dos certificados de capacitação de dois mil e dezoito serem aceitos no pró-gestão, a superintendente espera que tenha um curso de capacitação em gestão atuarial para todos, inclusive para os conselhos. A superintendente demonstrou preocupação com o déficit atuarial, pergunto quando teremos o valor e a superintendente responde que já enviou os dados do exercício 2018, e que aguarda a apresentação deste cálculo para o dia 12 de fevereiro; que pediu ao assessor para agendar dois dias para discutirem o assunto, devido a grave situação do nosso déficit, sendo a primeira data com o conselho e gestora e depois com prefeito e presidente da Câmara. Lembrei que por causa do recadastramento, o cálculo do ano 2019 tende a ser o mais real. A superintendente falou que a expectativa era que o déficit baixasse bastante devido o recadastramento, contudo, baixou muito pouco. Em seguida a superintendente explica que surgiu uma situação muito preocupante, pois, quando o cálculo atuarial de 2015 mudou a forma de pagamento do déficit atuarial, deixou de ser por alíquota suplementar e passou a ser através de aporte do déficit; nesta ocasião ficou apurado um valor a ser repassado pela Prefeitura uma parcela de aproximadamente 108.000,00 e aproximadamente 4.000,00 da Câmara durante os próximos 12 meses, sendo assim, deveria haver mudanças nos valores de doze em doze meses; que a superintendente a época, Lucivânia, recebeu da CEF uma planilha onde serviria para apurar o valor mensal a ser cobrado tanto da Prefeitura quanto da Câmara e nessa planilha contemplava somente a correção monetária do IPCA; mas que na época a lei definiu que tais valores seriam corrigidos pelo índice que compõe a meta atuarial do RPPS, com juros de 6,0 % (seis por cento) ao ano pro-rata mês acumulado da variação da inflação do mês anterior ao de competência média pelo IPCA. A RTM entende que essa forma de correção é abusiva, pois, quando se apura o valor do déficit, neste já estão inseridos os juros e depois só cabe à correção monetária; que por causa da lei 2566/2015, a partir daquele ano deveria ser cobrando 0,5 % a mais e que a planilha usada não contemplava esse juros, sendo assim, os valores não estão de acordo com a lei desde de 2015; que este erro gerou um débito de quase dois milhões de reais para a prefeitura e quase sessenta mil reais para a Câmara Municipal. A assessoria ainda explicou que não é possível isentar a Prefeitura e Câmara dos juros, mesmo sendo considerados abusivos, pois, já consta na lei; que é preciso fazer alteração na mesma, retirando estes juros, contudo, não será retroativa. Ficou definido pelo conselho e pela gestora, que este assunto

será repassado pela assessoria, para que todos tenham uma explicação técnica sobre o assunto, onde apesar de gerar muito “estresse”, precisa-se de uni esforços para resolver e garantir a saúde financeira do próprio instituto. A superintendente deixa claro que esta situação e também a situação do atraso de repasses gerará um parcelamento. O conselheiro Lucivaldo citou a importância neste momento de um concurso público e o enxugamento da máquina pública para que a prefeitura consiga pagar essa dívida. Voltando no tema pró-gestão, a superintendente explica a ação da estruturação do controle interno, onde precisa apresentar relatório semestralmente para o conselho deliberativo; que a sugestão da superintendente é que o relatório seja apresentado de forma trimestral para que o conselho possa avaliar. A superintendente irá passar quatro datas anuais ao controle interno, começando no dia quinze de abril, para apresentação dos relatórios ao conselho; que no relatório deverão constar as áreas de risco; que a área de política de segurança da informação estará estruturada com o site e junto a implantação do PSI - Política de Segurança de Informação, onde constarão as normas tais como: informa quem será e como será alimentado o site, onde salvar cada documento, backups, como serão feitos os e-mails, quem fará o monitoramento dos e-mails e quem será o responsável por captar as reclamações e sugestões, bem como repassá-las para as áreas de direito; que serão responsáveis em resolver assuntos sobre esta área a superintendente Joana, o controlador interno Leonardo, a advogada Sabrina e o Técnico em informática Ezequiel, onde o prazo para a implantação desta área será vinte e oito de fevereiro. A área de Gestão e controle de dados cadastrais de servidores ativos aposentados e pensionistas também está a cargo do controle interno. A superintendente diz que com o recadastramento, já estamos com as metas para esta área cumpridas, e que as atualizações ocorrerão da seguinte forma: aposentados e pensionistas que tem o aplicativo “whatsapp” receberão mensagem para comparecer ao instituto e atualizar os dados; que ocorrerá novo recenseamento para aposentados e pensionistas em janeiro de dois mil e vinte e um e para ativos em janeiro de dois mil e vinte e três. A superintendente diz que procurou a Caixa Econômica Federal para fazer o orçamento do trabalho de prova de vida, onde foi informada que o IPREM é o primeiro instituto que pede este tipo de serviço; que diante da solicitação será montado em cima do que for solicitado pelo Instituto. A Dimensão governança corporativa, dentro do pró-gestão, que tem como ações: relações de governança corporativa, planejamento, relatório de gestão atuarial, política de previdência do servidor, política previdenciária de saúde e previdência do servidor, política de investimento, comitê de investimento, transparência, definição de limites de alçada, segregação de atividades, ouvidoria, diretoria executiva, conselho fiscal, conselho deliberativo, mandato de representação e recondução e gestão de pessoas e código de ética da instituição, onde este último está sendo feito pela advogada Sabrina. A superintendente explica que da dimensão governança corporativa ainda não foi feita a revisão para saber o que já está implantado; que desta área ainda não foi atribuído quem irá realizar. A dimensão educação previdenciária possui duas ações: plano de capacitação e informações sobre o regime. A superintendente cita as cartilhas como mecanismo para informar aos servidores em geral; que a área também contempla informação de gestão do instituto, o que já vem sendo feito, pois, os boletins mensais de prestação de contas são repassados a Câmara, sindicato, afixado no instituto e também será divulgado no site; que na Ação de conscientização da vida pós-aposentadoria, nesta área, será implantado o projeto “Feliz aniversário do servidor aposentado”, onde contempla a uma comemoração dos servidores aposentados de cada mês, reunidos na sede do instituto; que também irá tentar comemorar o dia do aposentado, sendo custeado por colaboradores. A Superintendente expôs também a idéia de um projeto de palestras semanais ou quinzenais das mais diversas áreas como: psicologia, nutrição, odontologia e oficinas para os aposentados. A Superintendente diz que talvez seja preciso credenciar profissionais para desenvolver estes trabalhos, caso não consiga gratuitamente. Em seguida a superintendente diz para os conselheiros da necessidade de se contratar dois estagiários para digitalizar toda a documentação do recadastramento para dentro do programa e salvá-las em uma mídia para

arquivamento e repasse à prefeitura, onde foi solicitado ao diretor da Escola Estadual José Ermírio de Moraes, um orçamento deste trabalho. Foi lido o ofício de resposta, onde consta um período de 4 horas trabalhadas pelo valor de meio salário mínimo, onde fica acordado entre o conselho e superintendente que este assunto será tratado a partir de março. A superintendente fala sobre a dívida da prefeitura junto ao IPREM; que oficiou o prefeito sobre este assunto; Cita que o valor patronal devido é de dois milhões quatrocentos e vinte e nove mil trezentos e trinta e dois reais e dois centavos. A gestora faz a leitura do ofício onde pede proposta de parcelamento do valor, também expõe que até a presente data não houve repasse da parte do segurado dos salários de dezembro e décimo terceiro salário; que esta informação não está no boletim passado, de dezembro, pois, a competência descrita é novembro e que estará no boletim de janeiro caso o repasse não seja feito até de amanhã, trinta e um de janeiro de dois mil e dezenove. Em seguida a superintendente fala que o tribunal de contas agora tem um sistema que cruza informações de servidores aposentados e que estão também na ativa; Que o IPREM oficiou a prefeitura para que justifique, pois, a mesma está pagando os aposentados: Agda de Fatima, Clénia Maria, Maria do Socorro Santana, Luiz Bernardo Filho, Inês, José Antônio, Marineyde e Dario, sendo que o servidor só poderia ser contratado, após a aposentadoria, para um cargo comissionado ou quando tern possibilidade de acúmulo de cargo, como é o caso do aposentado professor ou profissional da saúde; Que prefeitura justificou que as senhoras Agda de Fatima e Clénia Maria são professoras; Que os aposentados Inês, Maria do Socorro e Luiz Bernardo Filho não tiveram contratos renovados e que, José Antônio, conhecido como José das Pedras, Marineyde e Dario são cargos comissionados. A superintendente disse que o prefeito quer que o instituto faça o encontro de contas dos valores, pois, em dois mil e dezessete foi devolvida a parte dos segurados que haviam pago previdência em cima de valores referente ao cargo comissionado, sem a devida autorização, e que, sendo assim, ele pensa ser possível fazer também a devolução da parte patronal, contudo, a assessoria do Instituto negou a possibilidade; Que o Sr. Naron Gutierre Nogueira, subsecretário dos Regimes próprios de previdência Social, foi consultado, pessoalmente, em um encontro em Belo Horizonte, juntamente com a procuradora Dr. Ivelony e informou que, não pode ser feito, pois, o instituto tern déficit atuarial; Que o prefeito ainda está insistindo neste encontro de contas. O presidente então sugeriu que fóssemos a Brasília para entender a questão e, caso haja legalidade comprovada por documentos o requerimento, será acatado. A superintendente aguardará a chegada do requerimento da prefeitura para marcar a reunião em Brasília em conjunto com o conselho. Nada mais havendo a ser tratada, a reunião foi encerrada e eu, Silvio Aparecido Sobrinho, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada por mim e por todos os participantes. Três Marias, trinta de janeiro de dois mil e dezenove.

SILVIO APARECIDO SOBRINHO

HEMERSON ANDRÉ SILVA BORGES

LUCIVALDO JOSÉ DE ALMEIDA

MAISA SANTOS ALMEIDA

JOANA DARC SILVEIRA MACEDO

Handwritten signatures in blue ink over horizontal lines. The signatures are: 1. A signature that appears to be 'SPP' or similar, written above the line for SILVIO APARECIDO SOBRINHO. 2. A signature that appears to be 'H. Silva Borge', written above the line for HEMERSON ANDRÉ SILVA BORGES. 3. A signature that appears to be 'L. Almeida', written above the line for LUCIVALDO JOSÉ DE ALMEIDA. 4. A signature that appears to be 'M. Almeida', written above the line for MAISA SANTOS ALMEIDA. 5. A signature that appears to be 'J. Macedo', written above the line for JOANA DARC SILVEIRA MACEDO.